



Fundação Educacional do Município de Assis  
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis  
Campus "José Santilli Sobrinho"

**Rodrigo Vilalba Moura**

**GESTÃO AMBIENTAL: SEGUNDO A ÓTICA DO GOVERNO CENTRAL**

2012

**Assis**

**Rodrigo Vilalba Moura**

**GESTÃO AMBIENTAL: SEGUNDO A ÓTICA DO GOVERNO CENTRAL**

Trabalho de pesquisa apresentado ao curso de bacharelado em Administração do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do certificado de conclusão.

Orientador: Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Área de Concentração: Gestão Pública e Ambiente

2012

**Assis**

## FICHA CATALOGRÁFICA

VILALBA, Rodrigo Moura

Gestão Ambiental: segundo a ótica do governo central / Rodrigo Vilalba Moura. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis, 2012.

50p.

Orientador: Dr. Reynaldo Campanatti Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA.

1. Meio Ambiente. 2. Gestão Pública.

CDD: 658.408  
Biblioteca da FEMA

# GESTÃO AMBIENTAL: SEGUNDO A ÓTICA DO GOVERNO CENTAL

Rodrigo Vilalba Moura

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do curso de Graduação, analisado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Examinador: Ms. Fernando Antonio Soares de Sá Junior

Assis

2012

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu Senhor Jesus Cristo que me protege e me guia.

Aos meus pais, Roberto e Ana, por me ensinar que é possível viver respeitando ao meu próximo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Senhor Deus por me amar e tornar possível a minha vida e de todas as pessoas que me cercam a ele seja dado toda glória e adoração.

Ao Professor: Dr. Reynaldo Campanatti Pereira, pela orientação e pelo estímulo transmitido durante o trabalho, e por toda paciência para estar lado a lado nesse projeto.

Aos amigos, todos foram importantes nesse trabalho estimulando e encorajando nos momentos difíceis, e a todos que colaboraram direta ou indiretamente, na execução deste trabalho.

Aos Familiares, muito importante em minha vida são todos eles, que em todos os momentos estão aqui para ajudar, agradeço minhas duas irmãs Keller e Carla, agradeço ao meu Pai Roberto, que é um exemplo para mim e sem dúvida nenhuma a maior responsável pela minha alegria de vida, agradeço do fundo do coração e digo mais uma vez Te Amo Mãe Dona Ana.

A uma pessoa que mudou minha vida em todos os sentidos, estimulando o começo da minha escolha pelo curso de Administração, você sempre será uma pessoa especial na minha vida.

## EPÍGRAFE

“Conheci homens tão pobres, mais tão pobres que a única coisa que eles tinham era dinheiro”.

(MADRE TEREZA)

## RESUMO

Este trabalho mostra o que foi e esta sendo pensado em se tratando de gestão pública ambiental, o que foi feito em gestões passadas o que esta sendo feito no momento e quais são os caminhos, que estão sendo seguidos, o que pode ser melhorado para permitir a evolução e convivência com o ambiente.

Foi feito um estudo de várias gestões que aconteceram no nosso país, quais foram os erros e acertos, o que pode ser aproveitado para o presente e futuro e sobre tudo quais os erros que não podem ser cometidos pelos nossos gestores públicos.

É necessário que o Estado se preocupe com o bem estar do seu cidadão em todas as condições mínimas de sobrevivência com qualidade e o meio ambiente precisa de um cuidado especial e para passar esta ideia é necessário o total foco e exemplo de nossas empresas públicas.

Palavras-chaves: 1. Gestão Ambiental; 2. Gestão Pública; 3. Economia dos Recursos Naturais.



## ABSTRACT

This work shows what has been and is being thought of when it comes to managing public environmental, what has been made before and what is being made at the moment, paths being followed, which can be improved to allow for the evolution and interaction with the environment.

A study has been made of several managing that happened in our country, what were the successes and failures, which can be used for the present and future, and which errors our managers can not commit.

It is necessary that the state worry about the welfare of their citizens in all minimum conditions for survival with quality. The environment needs a special care, to pass this idea requires the full focus and public companies serve as examples.

Keywords: 1. environmental Management; 2. Public Management; 3. Economics of Natural Resources.

## RESUMEN

Este trabajo muestra lo que ha sido y está siendo pensado para hacer frente a la gobernanza ambiental, que se hizo en administraciones pasadas lo que se hace en el momento y cuáles son los caminos que están siendo seguidos, lo que puede ser mejorado para permitir que la evolución y la interacción con el medio ambiente.

Se realizó un estudio de varios esfuerzos que han ocurrido en nuestro país, cuáles fueron los éxitos y fracasos, que pueden ser utilizados para el presente y el futuro. Y en el que todos los errores que no pueden ser hechos públicos por los administradores

Es necesario que la preocupación del Estado por el bienestar de sus ciudadanos en todas las condiciones mínimas para la supervivencia con la calidad y el medio ambiente necesitan un cuidado especial y transmitir esta idea es necesario centrar la atención y completar ejemplo de nuestras empresas públicas.

Palabras clave: 1. gestión ambiental; 2. gestión pública; 3. economía de recursos naturales.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A IMPORTÂNCIA SÓCIO ECONÔMICA DA GESTÃO PÚBLICA.....</b>	<b>14</b>
2.1 GESTÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	14
2.2 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PUBLICA.....	18
2.3 MUDANÇAS DA GESTÃO PÚBLICA NOS ÚLTIMOS ANOS.....	20
<b>3 GESTÃO PÚBLICA PARA QUESTÕES AMBIENTAIS.....</b>	<b>33</b>
3.1 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA .....	33
3.2 POLÍTICA AMBIENTAL PÚBLICA E SUA IMPORTÂNCIA.....	41
<b>4 EMPRESAS PÚBLICAS FEDERAIS E A QUESTÃO AMBIENTAL ..</b>	<b>47</b>
4.1 QUAL O PENSAMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS QUANTO A QUETÃO AMBIENTAL .....	47
4.2 QUE MEDIDAS ESTÃO SENDO TOMADAS PELAS NOSSAS EMPRESAS PÚBLICAS QUANTO A QUETÃO AMBIENTAL .....	51
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

A gestão ambiental é frequentemente utilizada para uma melhor postura diante do meio ambiente, pois a ação humana através de décadas vem extinguindo todos os recursos naturais que hoje existem, a gestão ambiental surgiu nesse contexto pois, é preciso apreender como conviver com o ambiente de forma harmônica, ou seja, protegendo e melhor utilizando para que o mesmo não acabe.

Devemos começar a tomar mais iniciativas com o que nos cerca, será difícil cada cidadão monitorar se o seu semelhante está contribuindo com a causa, com as grandes empresas então será praticamente impossível uma pessoa ser respeitada pela grande maioria das empresas que só pensam no lucro, para este importante serviço é que podemos contar com o governo que existe para cuidar sobre tudo do bem estar do cidadão, cabe a ela fiscalizar se as empresas estão de acordo com o esperado.

Ao longo dos capítulos será abordado o que está acontecendo na relação entre empresa e meio ambiente, qual a sua verdadeira importância para o cotidiano vivido atualmente, o que a política ambiental pública tem a contribuir para esta causa, o que se está pensando para melhorar a vida dos cidadãos, se existe medidas que estão sendo praticadas e ou programas que estão sendo desenvolvidos pela gestão pública, qual é a situação e os costumes que precisam ser mudados imediatamente e quais aqueles com um pouco mais de tempo para se pensar.

Para tanto é necessário que haja uma interação entre sociedade e empresa pública, para um total entendimento do que esta acontecendo e o que ira acontecer no futuro próximo, ou seja, qual o rumo que as coisas irão tomar de agora em diante, e para isso acontecer é indispensável que alguém toma a liderança e demonstre que é possível e deve ser feito uma reforma na atual gestão e administração pública, para que a mesma incentive todas as empresas e pessoas.

Em se tratando de questões ambientais, uma das principais ferramentas que deveria ser mais bem utilizada é o próprio exemplo, ou seja, a empresa publica tem que demonstrar que o cuidado com questões ambientais é valido e sobre tudo que sua

capacidade produtiva e financeira iria aumentar bruscamente, todos iriam comprar com mais tranquilidade sabendo que determinada empresa se preocupa com o bem estar de todos.

Assim sendo é preciso estar atento ao que a gestão pública esta desenvolvendo para o bem estar do cidadão, se esta ocorrendo investimentos se os processos estão sendo melhorados e melhor estudados, enfim é necessário cobrar o que nos é de direito e exigir que todas as medidas tomadas na gestão pública sejam bem explicadas e compreendidas por todos, e com o meio ambiente não é diferente, pois sem ele o mais básico direito do cidadão não existira, ou seja, direito a vida.

# CAPITULO 1 - A IMPORTÂNCIA SÓCIO ECONÔMICA DA GESTÃO PÚBLICA

## 1.1 – GESTÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A principio será interessante à diferenciação de alguns conceitos que estão ligados a gestão e administração públicas, para uma melhor separação desses dois temas que parecer ser iguais mais não são, há varias diferenças entre esses dois modelos empregados e sua total compreensão é necessária para a discussão do que se está sendo feito e o que é necessário fazer.

Para, Silva (2009, P.72 e 73).

No Brasil, a Constituição Federal, em seu artigo 225, ao estabelecer o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito dos brasileiros, “bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida”, também, atribui ao “Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Assim, trata-se da defesa e preservação pelo Poder Público e pela coletividade de um bem público (o meio ambiente ecologicamente equilibrado), cujo modo de apropriação de seus elementos constituintes pela sociedade pode alterar suas propriedades e provocar danos ou, ainda, produzir riscos que ameacem sua integridade. A mesma coletividade que deve ter assegurado seu direito de viver num ambiente que lhe proporcione uma sadia qualidade de vida também precisa utilizar os recursos ambientais para satisfazer suas necessidades.

É um direito adquirido há muito tempo por todos os cidadãos do país e, portanto deve ser respeitado e cumprido, para tanto existem diversas ferramentas e uma delas é a gestão pública que deve ter como principal foco a sua adequação a que ou a quem de direito couber, ou seja, é indispensável que em se tratando de gestão pública a mesma faça o melhor papel possível junto à sociedade.

É necessário que o governo enquanto instituição que preza e é fundada para o bem estar do cidadão, seus cuidados e necessidades, e é de sua inteira responsabilidade o cumprimento de no mínimo coisas básicas, como por exemplo, direito a viver num ambiente equilibrado.

Ainda nesse sentido Meirelles (1985, apud DOS SANTOS, 2006, P.11):

O governo em sentido institucional, é o conjunto de poderes e órgãos constitucionais; em sentido funcional, é o complexo de funções estatais básicas; em sentido operacional, é a condução política dos negócios públicos. Na verdade, o governo ora se identifica com os poderes e órgãos supremos do Estado, ora se apresenta nas funções originárias desses poderes e órgãos como manifestação da soberania. A constante do governo, porém, é a sua “expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente” (MEIRELLES, 1985).

O governo é o responsável por administrar todos nossos tributos pagos da melhor forma possível, ou seja, a ele é depositado todos os nossos esforços e, portanto queremos que no mínimo sejam transformados em benefícios, que de uma forma ou de outra acabem chegando aos seus cidadãos.

Nesse sentido o governo dispõe de algumas armas que são usadas na sua gestão e uma delas é a administração pública, que vem demonstrando ser uma ótima aliada, principalmente nas funções necessárias ao serviço público tão importante e indispensável.

Segundo, Wilson (1887, apud DOS SANTOS, 2006, P.11 e 12):

Administração pública, segundo Wilson (1887), é a execução minuciosa e sistemática do Direito Público. Em sentido institucional, é o conjunto de

órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo; em sentido funcional, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em sentido operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

Existem diversas situações em que a administração pública é empregada e vários são os seus sentidos, o importante é definir e compreender exatamente para qual objetivo está se desenvolvendo esta administração.

A administração pública deve contribuir com o poder executivo, facilitando assim os processos que precisam ser executados para sua total funcionalidade e assim orientando quais os caminhos necessários a serem seguidos de acordo com seus métodos.

Para, Gulick (1937, apud DOS SANTOS, 2006, P.11 e 12):

Em uma visão global, para Gulick (1937), administração pública é a parte da ciência da Administração que se refere ao governo, e se ocupa, principalmente, do Poder Executivo, no qual se faz o trabalho do governo, embora haja problemas administrativos relacionados aos Poderes Legislativo e Judiciário.

O governo é o responsável direto por executar a administração pública de forma a desempenhar o seu papel de gestor da nação, mostrando-se assim que o seu cliente, ou seja, toda a sociedade é gerida por uma gestão consciente e disposta a causar grandes mudanças para o bem estar de todos.

Ainda, para Meirelles (1985, apud DOS SANTOS, 2006, P.11 e 12):



Segundo Meirelles (1985), em sentido *lato*, administrar é gerir interesses segundo a lei, a moral e a finalidade dos bens entregues à guarda e à conservação alheias. Se os bens e interesses geridos são individuais, realiza-se administração particular; se são coletivos, realiza-se administração pública.

Em prol de benefícios a todos os cidadãos a administração pública visa entregar o prometido do que foi recebido de forma moral e ética.

## 1.2 - A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

A gestão pública vem passando por muitas mudanças no decorrer de todo este processo, muitas coisas foram sendo melhoradas e muitas mais foram criadas, visando sempre e indiscutivelmente o bem estar da população.

Para, De Paula (2005, P.21):

Nas últimas décadas, transformações econômicas e sociais trouxeram a reforma do Estado e de sua administração para o centro da agenda política de diversos países. Neste contexto, mudanças foram realizadas na forma de organizar o Estado e gerir a economia nacional, mas a evolução das práticas administrativas em direção ao interesse público e à democracia ainda permanece um desafio. Os pesquisadores continuam buscando diálogo entre a administração e a ciência política, mas enfrentam dificuldades, pois os dois campos do conhecimento tendem a se distanciar.

A gestão ao longo do tempo vem ganhando diversas características, as mudanças que vem ocorrendo são de extrema importância para um sistema de gestão pública que funcione de forma linear e totalmente eficiente sendo praticável de forma objetiva, e cumprindo o papel que lhe fora designado, ou seja, de grande valia para a sociedade.

É necessário que a Gestão pública mantenha seu foco, para um melhor aproveitamento do que se pretende fazer.

Para, Lima (2007, P.154):

Toda organização pública deve orientar sua gestão para o cidadão, seja como prestadora de serviços, seja como operadora da ação do Estado.

Qualquer pratica que busque a participação do cidadão na gestão dos serviços públicos é, em princípio, válida.

Essa deve ser a principal função de uma empresa pública, atender de forma ágil e eficiente tudo aquilo que é de necessidade no mínimo básica abrangendo a todos os cidadãos.

O cidadão visa ter suas necessidades básicas compreendidas e atendidas de forma rápida e eficiente.

Para, Lima (2007, P.05):

Sob a ótica do cidadão, uma organização pública que presta um bom serviço ao qual ele (fulano de tal, com nome, às vezes sem sobrenome e sem registro), não tem acesso não é, rigorosamente, uma organização pública de qualidade, pois faz bem feito o que lhe foi comissionado, mas não cumpre a sua missão, pois não atende a todos aos quais deveria atender. Na verdade nega o acesso do cidadão a um serviço que por definição legal é público (universal e gratuito).

A empresa pública não vem conseguindo atender e cumprir suas obrigações de forma ágil e útil quanto ao cidadão, é preciso de forma concisa e atenciosa entregar o serviço adequado, para isso é preciso uma melhor estruturação de nossas empresas públicas.

### 1.3 - MUDANÇAS DA GESTÃO PÚBLICA NOS ÚLTIMOS ANOS

Assim sendo foram tomadas algumas iniciativas para melhoria da situação que o país se encontrava, pois a situação que vinha sendo vivida era insustentável muitos problemas e poucas soluções eram propostas, um pouco pelo despreparo da gestão pública da época.

Para, Nascimento (2006, P.06):

O presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) iniciou seu governo quando o País contava com aproximadamente 60 milhões de habitantes. Sua gestão foi marcada pelo Plano de Metas, cujo lema “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo” configurou-se, sobretudo, em uma proposta de amplo crescimento industrial.

Nesse período já havia a preocupação com a gestão pública que vinha demonstrando não saber bem o que deveria ser feito para a desenvoltura da economia brasileira que deixava muito a desejar.

Ainda para, Nascimento (2006, P.06):

No governo Juscelino Kubitschek (JK), a produção do setor industrial brasileiro cresceu cerca de 80%, destacando-se as indústrias de aço, mecânicas, elétricas, comunicações e equipamentos de transporte. Nesse período, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano. Ressalte-se que esse processo, orientado por um projeto nacional-desenvolvimentista, foi possibilitado pela existência de um amplo mercado interno, pela capacidade de produção de ferro e de aço e pela disponibilidade externa de recursos para investimento.

A gestão que foi desenvolvida nessa época foi de grande valia para o país pois a mesma deu certo, porem cercadas de grande ajuda do amplo mercado interno do país, que foi um dos grandes, senão o maior responsável por garantir que o projeto desenvolvido pudesse dar certo.

Desenvolver cada vez mais os métodos de aplicar a administração pública tem que ser o objetivo da Gestão pública.

Para, Lima (2007, P.04):

Uma gestão com qualidade é uma capacidade para fazer, bem feito e em tempo oportuno, o que deve ser feito. Três elementos importantes estão implícitos nesse primeiro conceito de gestão: qualidade, produtividade e missão.

Qualidade: Fazer bem feito; produtividade: fazer a quantidade certa no tempo certo; missão: fazer o que deve ser feito. Esses elementos separados não produzem qualidade. Pode-se fazer muita coisa (produtividade), sem qualidade (mal feita). Pode-se fazer bem feito (qualidade), mas em quantidade insuficiente para atender as necessidades dos cidadãos (produtividade). Só é possível cumprir a missão institucional se concorrerem para isso, simultaneamente, a qualidade e a produtividade.

Através de uma gestão bem executada é que se nota a postura de uma organização a serviço do cidadão, que precisa ser o centro do processo, ou seja, é para ele que a empresa pública deve desempenhar o papel a que foi destinada.

Alguns requisitos são fundamentais para as empresas públicas funcionarem de forma satisfatória e entregarem o serviço.

Ainda Segundo, Lima (2007, P.04):

Uma organização pública que tem qualidade na gestão é, portanto, uma organização que tem a capacidade de cumprir sua missão. Fazer o que tem que fazer bem feito, e acessível a todos os seus destinatários.

É nesse sentido amplo do termo qualidade que se estabelece a ligação vital com a produtividade e a missão, principalmente por se tratar de serviço público, que, por não ter mercado, mas sociedade, não tem atribuição para escolher “fatias” ou “segmentos” da sociedade para prestar seu serviço. Quando a missão dada a uma organização é a educação, é para toda a sociedade, nacional, estadual, municipal ou mesmo de um distrito ou bairro. Ter qualidade é fazer chegar o ensino a todos os cidadãos que vive no espaço de atuação de uma determinada organização pública.

Dessa forma a empresa pública tem que atender pelo menos as necessidades básicas do cidadão e entregar aquilo que esta embutida na razão pela qual existi, ou seja, não visar à lucratividade, mais sim o bem estar e interesse dos seus cidadãos.

Porem tudo que se faz pode gerar de certa forma algum tipo de descontentamento de grande parte dos mais interessados, ou seja, trabalhadores.

Para, Nascimento (2006, P.06 e 07):

A política econômica do governo JK obteve resultados expressivos na área da expansão industrial, mas, de acordo com alguns estudiosos, gerou contradições, como o favorecimento à concentração de capital, com a entrada de empresas multinacionais no País, que deixou poucas oportunidades para o pequeno capital. Do ponto de vista dos trabalhadores, verificou-se que o aumento de produtividade decorrente do aprimoramento tecnológico não foi transferido nem para os preços nem para os salários. Apesar disso, alguns aumentos salariais e o subsídio estatal ao petróleo e ao trigo buscavam atender às demandas sindicais.

Apesar do ótimo desempenho que o plano havia proporcionado alguns problemas haviam decorrido de tal reforma, para uma parte da sociedade os benefícios de uma grande produtividade que fora alcançado não teve o retorno esperado e pretendido de grande parcela da população que esperava um melhor cenário pára a ocasião.

Acima de tudo está o cidadão que deve ser o foco das empresas públicas que atendem seus interesses.

Assim para, Dos Santos (2006, P.21):

Uma organização pública forma-se por diversas razões e interesses, porque é dirigida para atender às necessidades da população. Ela permite aos seus dirigentes desenvolver projetos, realizar atividades, superar obstáculos, controlar seu ambiente, por meio da especialização de tarefas, da coordenação de esforços, da unidade de direção e do uso inteligente dos recursos. A organização pública pode, assim, fazer mais do que um governo sozinho faria.

Notoriamente é preciso que a gestão pública se atente ao fato que ela em si precisa estar em franco processo de desenvolvimento, pois o cidadão esta a cada dia se tornando mais exigente, aumentando a intensidade e variedade de suas necessidades quanto à mesma.

De certa forma a gestão interna do país estava caminhado para modelos um pouco mais eficientes e perceptivos.

Logo para, Nascimento (2006, P.10):

Uma característica do crescimento econômico brasileiro no pós-1964 foi o grande e crescente envolvimento do Estado na economia. As empresas

públicas dominavam o aço, a mineração, os produtos petroquímicos e a energia elétrica. Além disso, observa-se no período o desenvolvimento dos bancos estatais.

O Estado teve que mais uma vez intervir na economia do país pois ele se tratando de um dos principais agentes econômicos tem o dever de agir no mercado quando o mesmo não anda muito bem, em doses certas para não deixar o mercado em sua dependência.

De tal forma a gestão pública deve estar sempre alerta, desempenhado o seu papel junto ao cidadão.

Para, Lima (2007, P.06):

No entanto, para uma organização ter qualidade, a capacidade de saber executar a sua atividade-fim (saber fazer) – essencial e indispensável – não basta. Tão importante quando é a capacidade de gerenciá-la. Não há missão que possa prescindir da gestão – toda organização tem uma missão e uma gestão – independentemente da qualidade dessa gestão de dar ou não capacidade à organização para cumprir sua missão.

A Gestão pública deve estar atenta e investindo muito nos melhoramentos de seu processo, melhorando sua gestão e para isso é necessário que se saiba o que se pretende fazer e executar.

Ainda segundo, Lima (2007, P. 06):

Não é por acaso que existem organizações públicas de baixo desempenho, apesar de seus quadros profissionais altamente capacitados para suas atividades finalísticas. À capacidade de saber fazer faltou a capacidade de



saber fazer de modo certo (processo), a coisa certa (resultado) e a capacidade de avaliar os efeitos dos resultados produzidos.

Esses três elos – processo, resultado e efeito – representam o espaço gerencial, cuja finalidade é garantir qualidade a todas as partes interessadas: do mantenedor ao destinatário que, por se tratar de organização pública, são papéis diferentes desempenhados pelo mesmo ator: o cidadão.

Nas empresas públicas existem pessoas muito qualificadas para desempenhar o seu papel, porém existem melhores maneiras de realizar tal tarefa de modo rápido e satisfatório, deixando o cidadão cada vez mais esperançoso.

Isto posta é necessário que o Estado desempenhe o seu papel de gestor da nação, gerindo todos os interesses dos cidadãos e nada mais, cumprindo tudo aquilo que esta no seu dever, se necessário desenvolver uma revisão no modo da gestão pública no dia a dia.

Para, De Paula (2005, P.81 e 82):

De um modo geral, nossa análise revela que a nova administração pública tem caráter centralizador e que os dilemas da dinâmica política continuam intocados, pois o gerencialismo não se volta para questões que envolvem a complexidade da gestão, como por exemplo, a integração entre os aspectos técnicos e políticos. Assim, na terceira parte, sintetizamos nossos argumentos e concluímos que a nova administração pública está em crise, pois não se orienta à solução de pontos fundamentais para a evolução e o desenvolvimento da gestão pública: a elaboração de idéias e práticas administrativas específicas para o setor público, a inter-relação entre administração e política e a democratização do Estado.

Certas medidas devem ser tomadas visando à melhoria de todas as etapas do atendimento que a empresa pública fornece, aja visto que novas soluções são

benvindas visando sempre o centro do dever público que é garantir pelo menos as necessidades básicas.

Para, Lima (2007, P.5 e 6):

Uma escola, por exemplo, é criada para realizar o ensino. O primeiro requisito é saber ensinar. Para isso necessita dominar os conteúdos que integram o programa e saber transmiti-los, o que, além do conhecimento dos métodos e das técnicas de ensino, pressupõe capacidade para escolher o método e a técnica mais adequados em função do conteúdo a ser apresentado e do perfil dos alunos. Os melhores indicadores dessa dimensão da qualidade – saber fazer – é o aluno ter aprendido e, no longo prazo, a transformação positiva que essa aprendizagem lhe proporcionou e à comunidade na qual vive.

Investir na capacitação de seus profissionais é fundamental para a melhoria de todo o processo, não só isso mais estimular seus colaboradores e mostrar que estão ali para atender o seu próximo e para tato é preciso estar bem capacitado para tal.

A gestão que outra hora estava bem com bastante eficiência passou por momentos difíceis, diversas medidas foram tomadas mais a grande maioria delas não surtiu o que se esperava delas, e o descontentamento da população já era sentido de forma mais preocupante.

Para, De Paula (2005, P.111):

Durante os anos de regime, o Estado continuou como principal promotor do desenvolvimento, mas após a euforia do “milagre econômico” recrudesciu o questionamento da eficiência do planejamento estatal e da atuação da burocracia pública. Com o crescente endividamento externo dos países

latino-americanos e a recessão econômica dos anos 1980, a questão da reforma do Estado foi novamente trazida para a agenda política.

O Estado é sempre responsável pelo bem estar dos seus cidadãos, e para tanto é necessário uma revisão na atual forma de atuação, quer seja na entrega do serviço e na prevenção de possíveis falhas.

Porém com algumas medidas erradas a gestão pública nesse período foi de mal a pior pois cometiam alguns equívocos tentando solucionar alguns problemas que ali se encontrava, e o cenário internacional que se apresentava não era animador, pois o crescimento que outra hora era eficiente agora não mais o existia, e a desaceleração era visível.

Para, Lima (2007, P.7):

O apego desmedido ao poder, a obsessão pelos projetos pessoais que promovem os governos, mas não o Estado tem feito com que, pelo menos no Brasil, o maior desafio seja de natureza gerencial. O país padece de incompetência gerencial generalizada que não consegue fazer dos processos e dos resultados elos construtores e mantenedores de valores públicos positivos, de ganhos sociais.

A gestão pública precisa urgentemente ser revista, pois necessitamos de serviços ágeis e que entreguem o esperado pelo cidadão, é preciso que ocorram punições exemplares e que corrijam a forma de atuar de alguns gestores e funcionários públicos.

No primeiro momento tudo estava dando certo e a gestão pública estava se comportando de forma animadora com a aparente estabilização dos preços dos produtos comercializados.

Para, Lima (2007, P.9):

Atingir metas físicas e financeiras é essencial, mas não é tudo e de forma alguma o mais importante. Mais importante, por exemplo, do que cumprir 200 dias letivos é a qualidade da aprendizagem dos alunos; mais importante do que vacinar 95% dos idosos é eliminar ou reduzir a incidência da gripe.

Nesse aspecto a gestão pública precisa evoluir e muito, pois não há preocupação em desenvolver um processo com qualidade propriamente dita, mas sim de tampar o sol com a peneira, empurrando assim os problemas para baixo do tapete e executando tarefas que nada agregam valor a todos nós.

Para, Dos Santos (2005, P.21):

Embora a ciência administrativa divida o processo administrativo em etapas – planejamento, organização, direção e controle –, vale lembrar que esta é uma abordagem funcional e que, tipicamente, nas organizações públicas, essas funções estão estruturadas na forma de órgãos ou setores. Na verdade, a abordagem estrutural é complexa e subestima aqueles que adotam a liberdade estrutural. Infelizmente, essa é uma perspectiva frequentemente exagerada, resultando na necessidade de treinamento em massa para solucionar problemas que têm mais a ver com a estrutura do que com as pessoas que a operam.

No país um grande problema vem se tornando corriqueiro, os processos empregados nas empresas públicas são ineficientes e caros, existem diversas formas de corrigir este problema e uma delas é o treinamento de pessoal, obviamente que este pessoal precisara de um local adequado para desempenhar tudo aquilo aprendido e é dever do Estado estruturar melhor os seus processos.

Para, Nascimento (2006, P.18):

Os gastos do governo, por outro, que vinham crescendo desde 1985, continuaram a aumentar em 1986 e, em 1987, atingiram recorde histórico. A demanda agregada aumentada esbarrou na insuficiência de produtos, que desapareciam das prateleiras por causa do congelamento dos preços.

Além disso, com uma taxa de câmbio congelada em nível sobrevalorizado, houve progressiva queda das exportações, acompanhada de elevação das importações, levando a uma queda no saldo da balança comercial.

Para uma economia forte e saldável é necessário que medidas tomadas outra hora em momentos inapropriados não voltem a acontecer, e para a gestão da época foi difícil não tomar qualquer medida que sanasse os problemas por hora, e a preocupação com a situação econômica e suas consequências ligadas diretamente a gestão pública, foram deixadas em segundo plano.

É necessário compreender que a gestão pública tem vários desafios que precisarão ser enfrentados à convivência com o seu cidadão é um grande desafio, como provar que medidas tomadas serão eficazes resolvendo em grande parte tudo aquilo proposto.

Para, Lima (2007, P.218):

De um lado o cidadão, de outro o servidor público. Entre eles o espaço do relacionamento entre o Estado e a sociedade. A baixa qualidade dos serviços, a pouca participação e controle por parte do cidadão são resultados de uma regularidade de comportamento indesejada, porém difícil de ser eliminada, principalmente porque dispõe de um mecanismo de auto-reforço que é aceitação passiva da situação e a repetição contínua desse comportamento que a própria aceitação dele estimula.

O cidadão deve exercer o seu papel junto ao estado, ou seja, cobrar de quem tem que cobrar, exigir o mínimo necessário para sua educação, saúde, lazer e cidadania devem ser suas principais reivindicações pois é de sua direito, esta ali na constituição temos direito a vida.

Para, Nascimento (2006, P.20):

Na tentativa de conter o déficit público, é eliminado o subsídio ao trigo e adiadas grandes obras públicas já planejadas, como a ferrovia Norte-Sul, o pólo petroquímico do Rio de Janeiro e o trem-bala entre São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar dessas medidas, não se obtém os resultados esperados, e no final de 1987 a inflação chega a 416%.

Então são tentadas medidas comuns mais não exatamente apropriadas para todos os casos, conte nos subsídios a algumas empresas e redução de investimentos em vários setores.

Algumas medidas para o melhoramento e comunicação com a sociedade são de extrema importância para definição de quais medidas deverão ser tomadas pela gestão pública.

Algumas medidas tomadas em certas situações desagradam muito à sociedade, mas diante de inúmeras tentativas passadas de acerto, alguns erros vão se acumulando e para tentar solucionar-las algumas medidas devem ser enérgicas para sanar uma parte delas pelo menos.

Para, Lima (2007, P.8):

Trata-se, sim, de fazer o máximo e o melhor com o recurso que se tem. Isto torna legítima a busca por mais recursos e, em alguns casos, não apenas

legítima mas a única forma de evitar, por exemplo, que um hospital público force seus profissionais de saúde a escolher quem deve morrer e quem terá a chance de tentar sobreviver sendo atendido. A metáfora da “esperança Equilibrista” parece fazer sentido para todos os pacientes que esperam ser escolhidos dentre muitos que estão, sabe-se lá como, na “corda bamba” do corredor de um hospital.

Melhorar a atual conjuntura que a gestão pública passa deve ser o foco dos gestores, a fim de contribuir para criação de estruturas que sejam firmes em casos de turbulência no Estado.

Ainda segundo, Lima (2007, P.8):

Ser eficiente, porém, não basta. Muito esforço já foi feito e, seguramente, alguém, em algum lugar neste momento, está tentando fazer melhor a coisa errada, que não agrega valor ao cumprimento da missão da organização. É um esforço para aperfeiçoar processos que funcionam como “ralos” por onde escoam tempo, dinheiro, competências e oportunidades.

O cidadão deve sempre estar alerta e preocupado em garantir os seus direitos, para que possa dialogar e mostrar o que realmente necessita para viver, quais são seus interesses e necessidades básicas, essa deve ser a maior preocupação da gestão pública garantir pelo menos o essencial ao seu cidadão.

Para, Nascimento (2006, P.28):

A estabilização da economia, com a contenção do processo inflacionário, permitiu o crescimento da renda média dos trabalhadores. Contudo, os mecanismos utilizados na defesa da moeda nacional e manutenção de altas taxas de juros implicaram um ritmo lento de crescimento econômico e, em decorrência, a elevação do índice de desemprego, que atingiu 5,6% em

1997 e 7,6% em 1998, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi conseguida por hora a estabilização da economia e a renda media dos cidadãos crescia porem certas medidas atrasavam um pouco o crescimento esperado para o país naquele período.

Para, Nascimento (2006, P.35):

A política fiscal no Brasil nos últimos anos tem sido essencialmente prócíclica em decorrência dos desequilíbrios fiscais observados e da ausência de uma política fiscal sustentável de longo prazo. Uma modificação importante a ser realizada nos próximos anos será construir condições para que a política fiscal amenize as flutuações cíclicas da economia em vez de agravá-las, como ocorreu no passado. Nesse sentido, uma política fiscal contracíclica que nas fases de expansão acelerada do produto, garanta superávits fiscais suficientes para redução da relação dívida/PIB, permitindo menor esforço fiscal nos momentos de desaceleração do crescimento, teria impactos positivos sobre o bem-estar social.

Esse parece ser o principal desafio para gestão pública em questão controlar seus gastos para não onerar seus cidadãos com altas cargas de impostos que tanto dificultam até na geração de novos empregos.



## **CAPITULO 2 - GESTÃO PÚBLICA PARA QUESTÕES AMBIENTAIS**

### **2.1 - A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA**

A gestão ambiental tem ganhado aspectos que não poderíamos imaginar muitas dessas questões vem sendo amplamente debatidas porem não houve consenso de nenhuma parte.

Para, Abramovay (2002, p.384):

Existe um direito à participação pública em processos de gestão ambiental que é garantido por tratados internacionais, acordos regionais e diplomas legais brasileiros. Esse direito só pode ser exercido de forma efetiva se garantidos outros direitos que são o acesso à informação e à educação ambiental. A ordem jurídica nacional e internacional já reconhece que a gestão ambiental deve ser compartilhada entre o poder público e a sociedade, portanto, pode-se dizer que existe um estímulo à participação direta dos cidadãos na defesa do meio ambiente, seja através da formulação de políticas públicas, de normas, ou na avaliação de estudos de impacto ambiental.

Pode-se afirmar que o acesso à informação e à educação ambiental constituem pressupostos válidos da participação pública em processos de gestão ambiental, e que além desses pressupostos que constituem direitos básicos existem aqueles de caráter procedimental.

É preciso dar estrutura para todos os níveis da sociedade pois é através dela que poderemos melhorar, o papel da gestão publica é dar subsídios e capacitação de forma a melhorar todos os procedimentos que fazem a ligação entre seu sistema publico ao cidadão comum, visando melhorias estruturais e tecnológicas para o aprimoramento dessa relação.

Como pilar de uma política pública de bom sucesso a mão de obra qualificada e bem preparada pode e deve facilitar a implementação de novas tecnologias e serviços, mas para que isso ocorra o governo deve se preocupar com o futuro da sociedade estimulando e formando grandes profissionais para que juntos cuidem do meio ambiente.

Para Tristão (2004, p. 57):

Como o ambientalismo, a educação ambiental fundamenta-se em posicionamentos e propósitos múltiplos. Uma abordagem complexa pode ser a base para se refundar uma visão pedagógica mais inovadora, já que, pelo visto, aquelas infundáveis discussões sobre educação, limitadas em esquemas ideológicos e políticos, não causam mais o mesmo entusiasmo. Uma educação impregnada de dogmatismo é como uma educação instrumental, esvazia de sentidos e de significados as redes de conhecimento das quais o sujeito participa. Nesse plano, a sustentabilidade nos desafia à criação de campos do sentido, da realidade, que superam a inércia e o conformismo.

Existem vários empecilhos nesse longo caminho até a convivência pacífica entre o meio ambiente e a sociedade, nesse tempo é necessário conscientizarmos que o meio onde vivemos precisa ser bem cuidado de forma a ser preservado para que o mesmo não venha a acabar nesse sentido algo primordial deveria ser o investimento alto na melhoria na educação ambiental, pois cada um deve conhecer e entender o tamanho do problema que teremos que resolver.

Com o passar do tempo logo foi percebido que o problema ambiental afeta todos nós, sendo assim, seria interessante que toda a sociedade uma política sadia.

Para Elliott (2003. p18):

O primeiro desafio consiste em lidar com um conjunto heterogêneo de atores políticos, sejam eles instituições e agências governamentais, movimentos sociais, entidades produtivas, sindicatos, organizações ambientalistas, cientistas e pesquisadores ou simplesmente grupos de cidadãos atingidos ambientalmente por uma determinada atividade. Ou seja, elaboração e implementação de políticas ambientais fundamentam-se em um processo social que envolve todos os atores sociais afetados por uma problemática ambiental determinada. Na medida em que os interesses desses variados grupos são divergentes, ou mesmo contraditórios, a meta comum de um meio ambiente sadio para todos teria de nortear os debates e as ações.

Notamos que existem vários atores políticos diferentes na sociedade, nesse caso o ideal seria que fossem debatidos de varias formas a gestão ambiental que afeta a todos eles, de qual forma será melhor tratar o nosso meio ambiente, preservar nossos recursos naturais, visando sempre à manutenção e desenvolvimento da sociedade.

Para Elliott (2003. p18,19):

Com a incorporação dessa diversidade de atores sociais no plano das políticas ambientais, a questão de sua participação efetiva na elaboração e implementação dessas políticas surge como outro desafio. Nos últimos anos, a temática da participação tem sido muito importante no âmbito das políticas ambientais, porém nem sempre foi implementada de forma a garantir uma participação consciente e efetiva. Em muitos casos, a participação limita-se à realização de uma audiência pública, na qual muitas pessoas conseguem expressar sua opinião, para depois criar-se um pequeno grupo de pessoas que toma a decisão final com base nos seus próprios critérios. Para ser realmente plena, a participação requer

envolvimento em todas as etapas do processo de formulação e gestão de políticas ambientais; desde a fase de elaboração, passando pela implementação e continuando no monitoramento e na avaliação. A eficácia da participação também depende do acesso de todos à informação de boa qualidade e da institucionalização de mecanismos de poder sobre a tomada de decisões.

O importante é demonstrar para a sociedade que essas ações que serão tomadas influenciará ela e dependerá dela também, pois é fundamental a sua colaboração para o desenvolvimento e acompanhamento do processo, ou seja, todos os atores sócias precisam colaborar em prol de uma única causa, o meio ambiente.

Nesse momento a sociedade vive um período bem delicado com o meio ambiente que está sendo consumido de forma exagerada e errada.

Para Moraes (2010; s.p.)

A ameaça à sobrevivência humana em face da degradação dos recursos naturais, a extinção das espécies da fauna e flora, o aquecimento da temperatura devido à emissão de gases poluentes fizeram a questão ambiental ocupar um lugar de destaque nos debates internacionais. O meio ambiente da empresa é constituído por diversas formas de relacionamento, considerando as disciplinas gerenciais, as técnicas e o processo de produção junto às instalações e ao meio interno e externo, incluindo-se também a relação entre mercado, cliente, fornecedores, comunidade e consumidor. Neste sentido, o gerenciamento ambiental não pode separar e nem ignorar o conceito de ambiente empresarial em seus objetivos, pois o desenvolvimento deste conceito possibilita melhores resultados nas relações internas e externas, com melhorias na produtividade, na qualidade e nos negócios.

Se a empresa pública estiver interessada em crescer e se desenvolver na gestão pública, seria interessante adequar as suas políticas no âmbito interno e externo para uma melhor imagem e futuros crescimentos gerando novas tecnologias.

Para Basilio (2009; s.p.):

No Brasil, algumas metodologias, como a adotada pelo Programa de Produção Mais Limpa (PmaisL) e a desenvolvida por Barata<sup>8</sup>, vêm contribuindo para evidenciar os ganhos econômicos provenientes da gestão ambiental nas empresas. Tais metodologias apresentam o estudo da viabilidade econômica das ações necessárias para aprimorar o desempenho ambiental das empresas, contemplando a redução dos recursos naturais utilizados e da degradação ambiental.

Seria o ideal conseguir a implementação de tal política ambiental só nos traria benefícios econômicos e ambientais, seria um modelo a ser seguido de perto pois todas as empresas de modo geral iriam se adequar a esta norma pois seriam bem vistas pelo seu público, aumentando assim a satisfação de todos, e conseqüentemente seus lucros.

As cidades dependem muito de apoio para que possam desenvolver trabalhos que visem à melhoria na forma como as mesmas tratam a questão ambiental precisam ser orientadas nesse foco.

Para Araujo (2006; s.p.):

A Gestão Ambiental Pública corresponde às atividades dedicadas ao gerenciamento de uma cidade na perspectiva da melhoria da conservação de sua qualidade ambiental, tanto no espaço intra-urbano como em sua área de influência. É constituída pelo conjunto das atividades técnicas, administrativas, legais e normativas, unidas a mobilização da comunidade em prol da conservação ou recuperação do ambiente. Nesse caso, a Prefeitura funciona como um agente do planejamento estratégico, fomentando iniciativas locais e comunitárias”.

É preciso definir exatamente o que se quer fazer, pois uma boa estruturação nessa etapa garantirá um processo mais tranquilo, será possível conscientizar toda a população que ela é parte de uma estrutura muito grande e como tal precisa estar de prontidão para cobrar e ajudar nos momentos propícios para isso, pois o ambiente é um bem comum de todos, sendo assim não é só papel das empresas publicas ambientais cuidar desse assunto e sim de todos juntos de forma a se tornar uma corrente em prol de uma vida sustentável melhor.

Para Goldberg (2007; s.p.):

A Gestão Ambiental pública é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também, como se distribuem na sociedade os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes.

Todas as decisões precisam ser tomadas visando um único propósito qual a melhor maneira de procedermos em relação a recursos naturais, que medidas podem e deve ser tomadas, definir qual a melhor ação deve ser tomada para que todos esses agentes trabalhem em harmonia visando à melhoria continua de todos os processos.

Para Araujo (2006; s.p.):

Para uma Gestão ambiental de sucesso, bons profissionais são indispensáveis, isso se deve principalmente à responsabilidade dos mesmos sobre impactos que possam ser nocivos a população, e que só profissionais especializados podem diagnosticar, pois apenas através da participação técnica é possível a legitimação dos projetos e a garantia de que o dinheiro público não está sendo desperdiçado por funcionários desabilitados.

Um investimento fundamental e que precisa ser mais bem tratado é a mão de obra, pois a mesma precisa ser qualificada, visando uma melhoria em todo o processo

interno e externo, ou seja, os profissionais precisam saber qual o melhor e mais econômico método de gestão ambiental, para um processo bem equilibrado, pois se algo não estiver saindo conforme o planejado, eles terão a capacidade de pelo menos diagnosticar o que está acontecendo, evitando assim a persistência no erro e minimizando os futuros gastos desnecessários. Isto facilitará futuros investimentos de parceiros que verão uma grande oportunidade nesse setor.

Para Araujo (2006; s.p.):

Estruturar o sistema de gestão ambiental em um município é apenas o primeiro desafio a ser enfrentado, superado pela complexidade em se avaliar a realidade local e propor, junto com os demais órgãos da administração pública a ação ideal para sua implementação.

Mudar o que já vem sendo feito há muito tempo parece ser um paradigma que dificilmente irá acabar, pois se sempre foi feito assim por que mudar este é um dos principais papéis que precisa ser desenvolvido pela empresa pública ambiental a parte de conscientização da convivência entre ela a sociedade e o meio ambiente.

Será interessante que todos os autores sociais cheguem a uma conclusão bastante óbvia, o que deve ser feito para a preservação e convivência nossa com o meio ambiente, nesse assunto a autora Amalia Maria Goldberg Godoy fala:

Para Goldberg (2007; s.p.):

As políticas públicas de gestão ambiental devem ter como objetivo não só a gestão de recursos para proteger o ambiente natural, mas principalmente servir como orientação na solução de conflitos sociais que envolvam questões ambientais, tendo em vista o bem estar social e a conservação de recursos para as futuras gerações.

Problemas irão ocorrer de forma inevitável, sendo assim as políticas públicas deverão ser mais bem estruturadas de modo a facilitar a aplicação e adequação de todos os atores sociais dentro de uma sociedade.



## 2.2 - POLÍTICA AMBIENTAL PÚBLICA E SUA IMPORTÂNCIA

É necessário para o bem maior da população que se pratique uma política ambiental que seja eficiente, não só nos números mais também onde faz mais necessário, ou seja, no dia a dia do trabalhador que luta sol a sol e nunca se desanima é para ele e simplesmente para o seu bem que deve existir um excelente trabalho.

Para Sanches e Pereira (2004. p35):

Uma política ambiental estabelece um senso geral de orientação e fixa os princípios de ação para uma organização. Determina o objetivo fundamental no tocante ao nível global de responsabilidade e desempenho ambiental requerido da organização, com referência ao qual todas as ações subsequentes serão julgadas.

Com uma política seria e honesta é possível e determinante uma melhor resposta de sua implementação, colhendo bons e verdadeiros frutos dessa ação que durarão muitos anos.

Dentro desse novo modelo de política pública é altamente necessária uma postura da parte que cabe a gestão da mesma, podem-se encaixarem nesse aspecto os grandes tomadores de decisões, que a cada dia que se passa possuem mais e mais ferramentas de gestão em suas mãos, e é dessas mesmas mãos que deve ocorrer o ponto de partida e o exemplo que devera ser um modelo a ser seguido por todas as empresas que querem conviver com o ambiente sem denegri-lo.

Ainda para, Sanches e Pereira (2004. p35):

Normalmente, compete à alta administração a responsabilidade pelo estabelecimento da política ambiental da organização, sendo o corpo gerencial responsável por implementar a política e prover elementos que permitam formulá-la e modificá-la.

A alta gestão dentro da empresa que tem o papel de alavancar todas as medidas que julgar que estão corretas e aplica-las num efeito cascata onde simples e pequenas ações fazem uma grande e eficiente mudança na maneira de se conviver e proteger a todos.

Para uma boa e duradoura política ambiental é fundamental que os tomadores de decisão conheçam exatamente o que vão tentar modificar para que futuramente não aconteçam erros por falta de planejamento estratégico para a total compreensão do que se vai fazer.

Assim para, May, Cecília e Vinha (2003, p76):

A natureza é, pois, um “bem livre”. No mundo de hoje, entretanto, via crescimento contínuo, aproximamo-nos celeremente do outro extremo, a “economia da espaçonave”. Aqui, a alta densidade demográfica, a alta produção per capita, a elevada utilização de insumos naturais (inclusive os não-renováveis), a geração em grande escala de resíduos não-degradáveis pela natureza, tudo isso faz com que o meio ambiente não seja mais um bem livre. Precisamos “economizá-lo”.

É fundamental a total estudo e carinho com esses fatores que determinam em grande parte se a administração do ambiente surtira o efeito esperado e desejado, não basta entender somente do que se trata esta questão, mas sim destrinchá-la totalmente entender tudo e mais um pouco, antever possíveis fracassos e visualizar

onde se pretende chegar, manter o foco na proposta apresentada e essencial para uma melhor gestão.

Existem diversas razões para que se pensem numa gestão pública eficaz e eficiente nos dias atuais, pois necessitamos de uma rápida tomada de decisão, visando sempre à melhoria do bem estar e segurança do principal cliente, colaborador e trabalhador da sociedade, ou seja, eu e você.

Ainda segundo, May, Cecília e Vinha (2003, p76):

A política ambiental é necessária para induzir ou forçar os agentes econômicos a adotarem posturas e procedimentos menos agressivos ao meio ambiente, ou seja, reduzir a quantidade de poluentes lançados no ambiente e minimizar a depleção dos recursos naturais.

Para um rápido entendimento de todos é extremamente vital que se preserve os recursos naturais hoje já tão escassos e caros na sua extração, a gestão pública deve assumir a dianteira e com medidas políticas estudadas e eficazes consiga a sua implementação, demonstrando que existe fundamento é que sua implantação gerara ganhos para ambos os lados, ou seja, empresa e sociedade.

Algumas iniciativas deverão ser tomadas para que todo o esqueleto da gestão pública consiga compreender totalmente o que será exposto e trabalhado para a melhoria do processo em sim, sendo assim, é necessário criar uma política de gestão pública que seja aplicável no ambiente estudado e que todas as partes envolvidas consigam distinguir e compreender que está sendo tomada a melhor decisão.

Segundo, Sanches e Pereira (2004. P36):

Na elaboração da política ambiental deve haver o cuidado de mantê-la simples e compreensível a todos os colaboradores, de forma que possa ser aditável. Os colaboradores deverão entender ou estar conscientes de como o seu trabalho/atividade contribui para o cumprimento das diretrizes expressas pela Política Ambiental da empresa.

Os colaboradores são parte fundamental nesse processo de implementação, precisam estar entusiasmados com esse projeto, conhece-lo por completo, saber se o seu trabalho será de valia para essa nova política, ele precisa sentir-se que é parte importante no processo, pois esses mesmos colaboradores felizes serão a linha de frente na implementação das demais empresas, pois entusiasmarão os outros colaboradores das empresas que teimam em aceitar essa nova realidade e como os mesmos são parte fundamental da sociedade ajudarão a gestão pública com uma nova arma na adequação de uma nova política ambiental, ou seja, essa arma atende pelo nome de sociedade.

Infelizmente não foi isto que vinha sendo feito no Brasil nos últimos anos falta de preparo ou simplesmente descaso com o meio ambiente sempre foram deixados como assuntos que não rendiam votos nas urnas, é uma política ambiental forte e inovadora para sua época não foi de maneira alguma apresentada.

Ainda segundo, May, Cecília e Vinha (2003, p146):

O atraso no estabelecimento de normas ambientais e agências especializadas no controle da poluição industrial demonstra que, de fato, a questão ambiental não figurava entre as prioridades de política pública. Até a década de 1970, não existia um órgão especificamente voltado ao controle ambiental. As legislações existentes tratavam da exploração de alguns recursos naturais, através de medidas isoladas.

A política pública naquela época vinda de sucessivas derrotas e amargas consequências como já exposto no capítulo um. E para acelerar a industrialização do país parada há muito tempo, a questão ambiental foi deixada de lado e nem figurava como preocupação governamental, uma medida ou outra era tomada muito mais para agradar os críticos ao governo, do que combater o problema em si, isto foi se agravando com o passar do tempo e hoje medidas muito mais severas do que seriam naquela época precisam ser tomadas.

Tendo em vista essa posição da gestão pública da época muitas ou quase todas as empresas começaram a seguir o mesmo exemplo do governo, pois se nem mesmo o governo se preocupa com o meio ambiente, muito menos nos que necessitamos de lucratividade a todo custo.

Ainda segundo, May, Cecília e Vinha (2003, p149):

A questão ambiental não foi prioridade no processo de industrialização brasileiro. Desde o estabelecimento de indústrias intensivas em emissões, vindas dos países desenvolvidos nos anos 70 para produzir bens intermediários, aos vazamentos de óleo do setor petrolífero ocorrido no ano 2000, são vários os exemplos de descaso do setor industrial brasileiro com a questão ambiental. Uma das consequências desse relativo descaso com a questão ambiental é a presença cada vez mais importante de indústrias intensivas em recursos naturais e energia ou que apresentam um alto potencial poluidor.

Se a gestão pública não mostra nenhum tipo de respeito com o meio ambiente o que dirá das empresas que com menos rigor somam altas fortunas a custa da extração descontrolada dos recursos naturais, já não tão abundantes no país como antigamente. A política pública tem que demonstrar que sua postura está totalmente mudada neste assunto, deve dar o exemplo, cobrar e exigir que todas as empresas sigam o seu modelo de gestão ambiental, que é igual para todos pois o resultado

será de imensurável medição, haja vista que sem os recursos naturais que possuímos, será impossível o mantimento da vida que levamos que já não é muito fácil.

É necessário estudo, tempo, paciência com nossos governantes públicos, que em muitos casos sabem o que precisa ser executado para uma melhora significativa nas nossas vidas, e a questão ambiental faz parte deste contexto pois é de extrema relevância que se de o exemplo, e não só isto mais sim segurança em suas medidas, combater a raiz do problema se não for possível elimina-lo completamente pelo mesos conviver de forma sustentável e saudável.

## **CAPITULO 3 - EMPRESAS PÚBLICAS FEDERAIS E A QUESTÃO AMBIENTAL**

### **3.1 QUAL O PENSAMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS QUANTO A QUESTÃO AMBIENTAL**

Será necessário aumentar o numero de empresas que estão se adequando as normas ambientais para uma melhor convivência com o meio ambiente, neste contesto que estamos vivendo uma boa solução;

Para Basilio (2009 s,p):

A criação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no final de 1999, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e oficializada pela Portaria Nº 510/2002, vai ao encontro dos questionamentos expostos anteriormente sobre o número limitado de empresas do setor público certificadas pela ISO 14001. A Agenda pretende instaurar um processo de construção de uma nova cultura institucional na administração pública, visando à conscientização dos servidores para a otimização dos recursos para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho<sup>9</sup>. Visa a colocar as empresas em sintonia com a concepção de ecoeficiência, incluindo critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços dos órgãos governamentais.

Está nova cultura poderia nos trazer vários benefícios, pois um melhoramento na eficiência em vários processos entende-se um aumento generalizado de melhorias dentro e fora da organização. Todas as empresas trabalhariam seguindo critérios minuciosos já especificados como sendo o melhor e mais econômico possível, seriam viáveis esta reorganização em nossas empresas publica de tal forma a melhorar senão todos os setores da empresa boa parte deles.

É necessário que as empresas públicas estejam com o pensamento focado em preservar o meio ambiente, e para tanto é indispensável que se pratique um modelo de gestão eficiente que abranja todas as vertentes que possam ocorrer no trajeto a ser percorrido.

Segundo, a empresa Petrobrás (2012, s.p)

Nosso foco é a ecoeficiência. Para nós, não basta produzir, refinar e distribuir petróleo dentro dos mais rigorosos padrões de segurança. Com a utilização racional de água e energia, e a menor geração possível de efluentes, resíduos e emissões em todas as nossas unidades, reduzimos o impacto no meio ambiente e reforçamos nosso compromisso com a busca da excelência em nossas operações.

O foco da empresa visa sobre tudo à proteção e a preservação do meio ambiente, não abrindo mão da exploração das riquezas existentes no ambiente, que é feita com extrema cautela sendo avaliados todos e quaisquer riscos de degradação ao mesmo, caminhando junto com o desenvolvimento, sem agredir e principalmente destruir o sistema explorado, ou seja, nosso ambiente.

Toda empresa pública deve ser prestativa e demonstrar que esta em dia com os principais e derradeiros acontecimentos no que se diz a respeito do meio ambiente.

Para, a empresa Correio (2012 s.p)

Em um cenário de grandes mudanças tecnológicas e novos hábitos, com uma tendência de crescente aumento da comunicação e do comércio eletrônico, surgem para os Correios oportunidades para diversificar sua atividade operacional e suas fontes de receitas. Diversos setores e atividades existentes na economia passam a demandar a expertise dos



Correios em devolução de objetos, processamento de respostas, fulfillment, manuseio, empacotamento, compras on line, gerenciamento de endereços, marketing direto, entre outros. Isto indica um caminho de sustentabilidade econômico-financeira, permitindo a continuidade da universalização dos serviços postais.

Precisamos deste tipo de postura por parte das nossas empresas públicas, sempre antevendo possíveis acontecimentos e aproveitando-se deles para desenvolver novos métodos mais lucrativos e objetivos, tornando-os pouco impactantes no que diz respeito ao ambiente vivido, ou seja, sendo eficiente e eficaz o processo ele deixara de ser totalmente ou quase nulo na degradação dos recursos já tão abordados por todos, é desse tipo de pensamento que a empresa pública necessita para ser um modelo que possa servir de exemplo e melhor ainda, que possa ser seguido como referencia.

É necessário que o cidadão comum consiga visualizar uma empresa pública que esteja totalmente envolvida pelas questões ambientais, cujo seu principal foco seja somente a preservação e convivência harmônica entre sociedade, empresa e meio ambiente.

Para o IBAMA (2012 s.p)

Muito de como o Brasil percebe a proteção e conservação ambiental atualmente foi consolidado pelo Ibama. O instituto trouxe o assunto para a pauta do dia e encontra-se no imaginário do brasileiro como o grande guardião do meio ambiente. Sua forte marca é reconhecida até mesmo onde a presença do Estado é escassa. Ela significa que os recursos naturais devem ser utilizados com racionalidade para obter-se o máximo de desenvolvimento, porém, com o máximo de conservação e preservação, visando sempre sua manutenção para as gerações futuras.

Muito importante para a consolidação da consciência ambiental, está sendo praticado pela empresa, pois o cidadão já se convenceu que onde ele consiga enxergar este símbolo, o mesmo significa que o meio ambiente esta sendo preservado e a empresa fiscalizada, assim o cidadão ficara um pouco mais tranquilo na hora de adquirir produtos e serviços disponibilizados com o consentimento do IBAMA.

### 3.2 QUE MEDIDAS ESTÃO SENDO TOMADAS PELAS NOSSAS EMPRESAS PÚBLICAS QUANTO A QUESTÃO AMBIENTAL

É necessário que se tenha plena consciência e condição para se desenvolver esta proposta apresentada, mostrando os caminhos que deverão ser percorridos para se alcançar o objetivo final.

Para a empresa Petrobrás (2012, s.p)

Mas será que é possível explorar e produzir petróleo com respeito ao meio ambiente? Nós provamos que sim. Além de apoiar projetos ambientais – de 2003 a 2008, o Programa Petrobras Ambiental investiu mais de R\$ 210 milhões – somos os primeiros a dar exemplos de ações sustentáveis.

E assim que deve ser uma empresa pública hoje, ou seja, o exemplo deve ser dado de forma a convencer e demonstrar que é possível e principalmente lucrativo para as demais empresas. Devem ser as pioneiras nesse e nos demais assuntos, achar soluções e alternativas de melhoramento contínuo nos processos que muitas vezes tanto agredem o ambiente.

Indispensável também é a empresa pública tem o conhecimento e capacidade de interação e bem estar junto à sociedade.

Ainda para Petrobrás (2012, s.p)

Acreditamos que o diálogo permanente é fundamental para alcançar nossos objetivos. Buscamos reduzir riscos, evitar impactos sociais negativos e gerar resultados positivos por meio do relacionamento com as comunidades onde desenvolvemos atividades. Conhecendo a realidade que nos cerca,

asseguramos a inserção social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, sempre respeitando a diversidade.

Não só as ações no combate aos efeitos da devastação do ambiente são importantes como também é de vital importância que a empresa pública faça esse trabalho de compartilhamento de informação e conscientização do que precisa ser feito por todos e o que realmente está sendo feito.

Cada vez mais as empresas públicas estão se conscientizando que é indispensável a sua participação como modelo a serem seguidas pelas demais empresas que esperam da parte governamental os próximos passos.

Para, a empresa Correios (2012, s.p)

Os Correios aumentam sua colaboração para o desenvolvimento sustentável do planeta ao aprovar o Sistema de Gestão Ambiental dos Correios (SGAC). Seu principal objetivo é atingir um desempenho ambiental correto, por meio do gerenciamento dos impactos ambientais empresariais significativos e da busca contínua de melhoria de processos, serviços e produtos oferecidos pela ECT. O próximo passo, que envolve toda a empresa, é a construção do Plano de Ações Ambientais Corporativas - que prioriza os objetivos e metas ambientais que serão implantados.

Este novo conceito, de cada empresa estar desenvolvendo novos procedimentos e atitudes na hora do trato com o meio ambiente é de vital importância para todos e indispensável para a gestão ambiental que consegue a cada dia demonstrar mais e mais que está tomando varias medidas no combate ao desperdiço de recursos, cada vez mais escassos e indispensáveis para o nosso futuro.

Para mudar todo um procedimento que vinha sendo executada por muitos e muitos anos, a questão ambiente deve ser tratada com bons exemplos que deram certo ao passar dos anos.

Ainda segundo, o Correio (2012, s.p)

**EcoPostal** - Ação que reaproveita, prioritariamente, os uniforme, malas e malotes postais sem condições de uso interno, por meio da doação desses materiais, que antes eram incinerados, para entidades sem fins lucrativos, que os transformam em peças artesanais e as comercializam. O EcoPostal gera redução de impacto ambiental e inclusão social (renda a famílias em situação de vulnerabilidade social).

Uma empresa que consegue reaproveitar de alguma forma o seu principal fator gerador de renda tornando-o menos poluente e gerando benefícios para outros setores que necessitam de grande atenção por parte do governo é um exemplo de que empresas públicas podem e deve ser o modelo de gestão ambiental a serem seguidas pelas demais empresas, afim de um melhor convívio com a natureza e seus recursos indispensáveis e mal aproveitados.

Fundamental e indispensável é a empresa estar preocupada em produzir maneiras mais eficazes de gerar lucro protegendo o futuro de toda a sociedade atual.

Para, Petrobrás (2012 s.p)

Em nossas atividades internas, temos como foco o aumento da ecoeficiência de processos e produtos, visando a redução do consumo de recursos naturais e dos impactos sobre o meio ambiente.

Acreditamos que só é possível obter o respeito da sociedade se preservamos, em primeiro lugar, o ambiente onde ela vive, e se contribuimos para a melhora da qualidade de vida em nosso país.

Empresas com este espírito embutido e enraizado são cada vez mais necessárias em nossa sociedade, pois necessitamos cada vez mais de empresas líderes, ou seja, que sigam na frente alavancando novas tecnologias e novos métodos de pesquisa tornando assim o convívio da sociedade, empresa e meio ambiente cada vez mais proveitoso e sustentável.

Nada melhor que ter uma empresa pública preocupada e envolvida pelas questões ambientais, tendo assim a competência para a mesma seria ainda melhor, pois a credibilidade de uma empresa pública criada especialmente para enfrentar esta situação e diagnosticar possíveis fatores que possam acarretar um estrago muito grande no ambiente.

Para o Ibama (2012, s.p)

O Ibama coloca-se hoje como uma instituição de excelência para o cumprimento de seus objetivos institucionais relativos ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental.

É indispensável que exista uma empresa com esse pensamento de coexistir de forma sempre harmônica com o meio ambiente, ser criada exclusivamente para diagnosticar e orientar possíveis erros que venham a ocorrer no trato com o ambiente.

Essa deve ser a mentalidade de todas as empresas públicas que hoje existem fazer o melhor de forma consciente e sobre tudo preservando o modo de vida atual,

estimulando e mostrando que é possível conviver e usufruir de modo sustentável os recursos naturais, e nada melhor para demonstrar isso que o próprio exemplo.

## CONCLUSÃO

Levando em consideração a gestão pública ambiental é possível chegar a algumas conclusões.

O modelo desempenhado com o passar dos anos foi de certa forma equivocada, haja vista que o país passava por vários conflitos políticos e sociais, constantes brigas atrapalhavam e muito a implantação de vários modelos de política pública, e isso gerava grande insatisfação na sociedade.

Com esses problemas acontecendo era impossível se concentrar de fato na resolução de um assunto tão importante como a questão ambiental, pois o mesmo era complexo e de difícil resolução. Como a necessidade da época era melhorar a geração de riquezas e industrialização de nossas empresas, já muito atrasadas por culpa principalmente do Estado que não conseguia criar políticas eficientes de desenvolvimento, a gestão ambiental foi esquecida dando lugar à máxima produção sem se importar com o ambiente.

Na atualidade a questão ambiental é vista com bons olhos por todos, pois se uma empresa demonstra estiver preocupada com o futuro do planeta, mostra que a mesma fara de tudo para preservá-lo ao máximo. A sustentabilidade esta ai para provar que é possível uma convivência harmoniosa, onde empresa utilize recursos naturais para produção e em troca conserve os recursos já bastante escassos, gerando um circulo que funcione e perpetue por muito tempo.

O pensamento da empresa pública tem que ser a preservação do meio ambiente, sem esquecer-se do cidadão, que é a razão de sua existência.

Portanto devem-se estimular as demais empresas e mostrar que é possível atingir níveis de produção aceitável sem abrir mão da preservação e nada melhor para convencer a todos que o próprio exemplo que a gestão pública é eficiente e veio para ficar e nós como cidadãos, devemos estar lado a lado com o Estado, ou seja, cobrando quando necessário e elogiando quando conquistado.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo Abramovay. **Construindo a ciência ambiental**. 1. ed. São Paulo: editora Annablume, 2002.

ARAUJO, Olimpio Junior. **O Desafio da gestão Pública**. Ecoterra Brasil – EcoTerra – Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=curiosidades&tipo=temas&cd=1390>>. Acesso em 01 Out. 2011.

BASILIO, Leonardo F. **Gestão ambiental na administração pública**. Portal de qualidade Brasil – qb. Disponível em: <[http://www.qualidadebrasil.com.br/artigo/administracao/gestao\\_ambiental\\_na\\_administracao\\_publica](http://www.qualidadebrasil.com.br/artigo/administracao/gestao_ambiental_na_administracao_publica)>. Acesso em 01 Out. 2011.

CORREIOS, Empresa Brasileira de **Correios** e Telégrafos (ECT). **Sustentabilidade**. Vertente ambiental. Disponível em: <<http://www.correios.com.br/sobreCorreios/sustentabilidade/default.cfm>>. Acesso em 08 de Jun. 2012.

DE PAULA, Ana Paula Paes. **Por uma nova gestão pública**. Limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DOS SANTOS, Clezio Saldanha. **Introdução À GESTÃO PÚBLICA**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ELLIOTT, Paul L. **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. 1. Ed. São Paulo: editora Peirópolis, 2003.

FILIFE, Luis Felipe Sanches de Sousa Dias Reis; MARA, Sandra Mara Pereira de Queiroz. **Gestão Ambiental em Pequenas e Médias Empresas**. 1. Ed. Rio de Janeiro: editora Quality, 2004.

GOLDBERG, Amalia Maria Godoy. **Geatão ambiental**. Economia e meio ambiente. Disponível em: <<http://amaliagodoy.blogspot.com/2007/09/gesto-ambiental.html>>. Acesso em 01 Out. 2011.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/historico>>. Acesso em 08 de Jun. 2012.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A Excelência em Gestão Pública**. A Trajetória e a Estratégia do GESPÚBLICA. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MAY, Peter H. May; CECÍLIA, Maria Cecília Lustosa; VINHA, Valéria da Vinha. **Economia do Meio Ambiente**. Teoria e prática. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MORAES, Anélia Canedo. **Sistema de gestão ambiental nas empresas**. Centro Nacional de Educação a Distância – CENED – Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.cenedcursos.com.br/sistema-de-gestao-ambiental-nas-empresas.html>>. Acesso em 01 Out. 2011.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PETROBRÁS, Petróleo Brasileiro S/A. **Meio Ambiente e Sociedade**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/meio-ambiente-e-sociedade/preservando-meio-ambiente/>>. Acesso em 08 de Jun. 2012.

SILVA, José Quintas. **Gestão Ambiental Pública**. Disponível em: <[http://projetopolen.com.br/materiais/livro/03\\_cap.pdf](http://projetopolen.com.br/materiais/livro/03_cap.pdf)>. Acesso em 14 de Jun. 2012.

TRISTÃO, Martha Tristão. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. 1. Ed. São Paulo: editora Annablume, 2004.